

Olhando o presente e delineando o futuro da Abem

Sérgio Figueiredo

Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)
sergio_fig58@hotmail.com

Resumo. Este texto foi apresentado durante o Fórum I do XV Encontro Anual da Abem realizado em João Pessoa de 17 a 20 de outubro de 2006. O Fórum I, intitulado “Os 15 (quinze) anos da Abem: conquistas, lutas e perspectivas”, contou com a participação da professora Alda Oliveira, idealizadora e primeira presidente da Abem, da professora Jusamara Souza, ex-presidente da Abem, e com o professor Sérgio Figueiredo, atual presidente da Abem. O texto está dividido em três momentos. No primeiro momento estão relatadas ações desse primeiro ano de gestão da diretoria eleita (2005-2007), incluindo a diretoria central, o conselho editorial e as diretorias regionais. No segundo momento são apresentados aspectos para o aperfeiçoamento de diversas ações que a Abem tem realizado e propostas para novas ações. O terceiro momento é dedicado à Frente Parlamentar Pró-Música, movimento que contou com a participação da Abem, culminando em audiência pública no Senado Federal para tratar da volta da música na escola.

Palavras-chave: Associação Brasileira de Educação Musical – Abem, educação musical, história da Abem

Abstract. This text was presented at the XV Abem Annual Meeting – The Brazilian Association of Music Education, in João Pessoa, PB, Brazil (17-20/October/2006). It was a part of a Forum entitled The fifteen years of Abem: conquests, fights and perspectives. The Forum had the participation of Professor Alda Oliveira, who idealized the Brazilian Association of Music Education being its first president, of professor Jusamara Souza, a former Abem president, and professor Sérgio Figueiredo, current Abem president. The text is divided into three parts. The first part is a short report about the actions of the current board of directors during 2006, including aspects of central directory, editorial board and regional directory. The second part presents aspects to improve diverse actions of Abem, beyond proposals for the future. The third part of the text presents the participation of Abem in a very important movement that has been discussing in the National Congress a law that intends to include music compulsorily in basic education.

Keywords: Abem – The Brazilian Association of Music Education, music education, history of Abem

Introdução

Primeiramente quero cumprimentar a comissão organizadora deste evento por todo o trabalho realizado para a concretização deste encontro tão especial, comemorativo dos 15 anos da Associação Brasileira de Educação Musical – Abem. Quero cumprimentar a comissão organizadora, também, pelas propostas de discussão temática que se configuram na organização dos fóruns deste evento, que permitem o trânsito por diversos aspectos da educação musical no Brasil.

Este fórum, especificamente, permite a apresentação e a discussão sobre a Abem. Para aqueles que estão participando pela primeira vez de um evento da nossa associação esta é uma oportunidade ímpar para conhecer um pouco da história da Abem ao longo desses 15 anos. Para aqueles que já são membros da associação este fórum oferece um panorama geral dos 15 anos de existência da Abem, oportunizando a reflexão e o debate sobre essa trajetória bem sucedida, ao mesmo tempo em que

permite que se discutam proposições para o futuro da nossa associação.

Para mim, pessoalmente, é um privilégio poder dividir esta mesa de discussão com duas ex-presidentes da Abem. Não é todos os dias que podemos privar da companhia da professora Alda Oliveira, iniciadora dessa associação e grande batalhadora em favor da educação musical brasileira. Através da fala da professora Alda, temos a oportunidade de conhecer aspectos da história da Abem contados por quem viveu intensamente este processo de implantação de uma associação nacional que se preocupasse com a educação musical de forma específica.

A professora Jusamara Souza, presidente em uma fase mais recente da Abem, traz dados importantes para que possamos entender melhor este processo de consolidação da nossa associação. Nesse processo de consolidação está, indiscutivelmente, o reconhecimento da Abem como associação representativa da educação musical brasileira por parte de diversas instituições.

De uma certa forma minha tarefa é, por um lado, bastante simples neste fórum, pois posso dizer que, como presidente da Abem, herdei uma série de ações já consolidadas, o que facilita minha atuação à frente da associação pelo período de dois anos. Ao mesmo tempo minha tarefa neste fórum é bastante complicada porque, além do relato de alguns aspectos deste ano na presidência da Abem, tenho a incumbência de olhar para o futuro e assumir a condução da associação por caminhos conhecidos e desconhecidos. É uma responsabilidade muito grande, pois assumir a presidência da Abem depois de tantos anos de existência da associação exige o conhecimento, o respeito e o zelo por tudo o que já foi construído pelas diretorias anteriores, assim como a tomada de decisões sobre o futuro da associação, pelo menos pelo período de dois anos.

Fazendo essas considerações iniciais, dividi minha fala em três momentos interligados, mas distintos em seus conteúdos. O primeiro momento será dedicado aos assuntos referentes a um ano de gestão. O segundo momento será dedicado aos tópicos que considero fundamentais para o futuro da associação. O terceiro momento enfatizará fatos recentes que vêm ocorrendo no cenário nacional, que se referem à Frente Parlamentar Pró-Música no Congresso Nacional. A Abem tem participado ativamente desse processo político, cujos desdobramentos poderão ser extremamente relevantes para a educação musical brasileira.

Primeiro momento: um ano de gestão à frente da Abem

Em outubro de 2005 fui eleito presidente da Abem para a gestão 2005-2007. Tenho participado da Abem há vários anos, e nesse período já atuei como representante estadual em Santa Catarina, e também fui diretor da Região Sul. Essas experiências junto à associação motivaram a proposta de uma chapa para a diretoria da Abem, e desde o início desse processo eleitoral propus aos meus colegas de diretoria que deveríamos fazer uma administração colegiada, e é isso que temos tentado fazer neste ano de gestão.

Ao mesmo tempo em que me sentia familiarizado com muitos aspectos da Abem, fui surpreendido na presidência da associação com diversos aspectos que não estavam nas minhas propostas de gestão. Há um conjunto de elementos relacionados à administração da Abem que faz parte das atribuições da diretoria, e alguns desses elementos não fazem parte da rotina de professores de música, necessariamente. Para citar uns poucos exemplos, é preciso estar atento a questões bancárias, legislação cartorária, imposto de renda, contabilidade, dentre outros. Além disso, há questões específicas da área que surgem ao longo do processo, e que nem sempre haviam sido planejadas. Um exemplo dessas questões são os problemas com concursos públicos em diversas partes do país que ainda exigem o professor de educação artística, polivalente, para atuar nas escolas. A Abem tem se manifestado em diversas ocasiões junto às secretarias de educação enviando documentos e participando de reuniões com o objetivo de contribuir para que a educação musical estivesse garantida em diferentes sistemas educacionais. Todas essas ações, sejam elas burocráticas ou específicas da área, demandam tempo de dedicação, e esse é um aspecto importantíssimo a ser considerado para quem assume a tarefa de administrar a Abem.

Nossa atual diretoria conta com a participação da professora Cristina Grossi, da UnB, como vice-presidente, da professora Regina Cajazeira, da Ufal, tesoureira, e do professor José Nunes Fernandes, da Unirio, como secretário. Em conjunto todos os membros da diretoria têm atuado em suas atividades junto à Abem procurando aprimorar o processo de cadastramento dos sócios, por exemplo, que já vinha sendo promovido por diretorias anteriores. O professor José Nunes tem também cuidado dos *Informativos* da Abem com a contribuição dos membros da diretoria e dos sócios que enviam matérias para serem divulgadas. A professora Regina tem cuidado da questão de legalização da Abem junto

ao cartório de Salvador, na Bahia. A professora Cristina tem atuado como representante da Abem em fóruns especiais realizados em Brasília, como, por exemplo, nos trabalhos da Câmara Setorial do MinC e outras reuniões.

O Conselho Editorial da Abem é responsável pelas publicações da associação. Com muito orgulho apresentamos, neste ano de 2006, as edições 14 e 15 da *Revista da Abem*, mantendo a periodicidade semestral e a qualidade do processo editorial, que se confirma na avaliação desta publicação pela Capes como Qualis A. Esse processo tem sido bem sucedido em função do trabalho rigoroso e primoroso que vem realizando o Conselho Editorial da Abem. O Conselho, atualmente, é presidido pela professora Cláudia Bellochio, da UFSM, tem como editora a professora Cecília Torres, da Uergs, e conta, ainda, com a participação das professoras Maura Penna, da UEPB, Isabel Montandon, da UNB, e Lia Braga, da UFPA.

As diretorias regionais da Abem têm também contribuído para que se amplie a rede de educadores musicais vinculados à nossa associação. São diretores regionais, atualmente: na Região Sul, a professora Rosane Araújo, da UFPR; no Sudeste, a professora Ilza Joly, da Ufscar; no Centro-Oeste, a professora Cássia Souza, da UFMT; no Nordeste, o professor Luis Ricardo Queirós, da UFPB; e no Norte, a professora Sônia Blanco, da Uepa. Os diretores regionais contam, também, com a colaboração de representantes estaduais que ampliam ainda mais os contatos da Abem com educadores musicais.

Algumas ações da Abem já foram definidas em outros momentos e devem ter continuidade porque têm se mostrado eficientes para a consolidação da nossa área de atuação. É o caso da realização de eventos nacionais e regionais que muito contribuem para a discussão das questões da educação musical em diversos contextos. A realização desses encontros tem sido possível graças a equipes de voluntários dedicados que se ocupam, durante muito tempo, dos preparativos para que tais eventos sejam coroados de êxito. Existe um lado muito positivo na participação dessas comissões organizadoras de eventos, porque se adquire experiência e se vive intensamente questões organizacionais que fazem parte da vida do educador musical em diversos setores. Ao mesmo tempo, organizar evento sempre é muito trabalhoso, principalmente pela questão financeira. Nesse sentido, cumprimento a todas as comissões organizadoras que realizaram eventos nesse primeiro ano da nossa gestão. Por causa da dedicação e do empenho dessas pessoas a Abem realizou neste ano de 2006 encontros regio-

nais Sul – em Londrina, sob a coordenação da professora Helena Munari da UEL –, Nordeste – em Aracaju, sob a coordenação dos professores Hugo Ribeiro e Marcos Moreira, da UFSE, e Centro-Oeste – em Goiânia, sob a coordenação da professora Flávia Cruvinel, da UFG, além deste encontro anual – em João Pessoa, sob a coordenação de Luis Ricardo Queiroz e Vanildo Marinho, da UFPB. Os meus cumprimentos para os coordenadores são extensivos a todos os membros de comissão de organização dos eventos. Cada um destes eventos contribui, indiscutivelmente, para a ampliação do debate e da reflexão sobre questões da nossa área. Cabe ressaltar que a Abem não dispõe de recursos financeiros para contribuir na realização dos eventos, o que evidencia ainda mais a importância do trabalho voluntário que é realizado pelas equipes organizadoras de eventos, que, além de doarem seu tempo para a associação, são responsáveis pela captação de recursos para a realização dos eventos.

As questões políticas têm ocupado significativamente este ano de gestão da Abem. Desde o início do mandato elaboramos e enviamos cartas para secretarias de educação com o objetivo de contribuir para o estabelecimento da educação musical como subárea da ARTE nos currículos escolares. Foram enviadas correspondências para os estados do Rio de Janeiro, Paraná, Goiás, e para o Distrito Federal, onde também participamos de reunião com a Secretária de Educação. Essas cartas reforçam questões de legislação, enfatizando que não existe mais o curso de educação artística que forma professor polivalente. As Diretrizes Curriculares Nacionais para cada área das artes separadamente reforça essa determinação do MEC, e muitos sistemas educacionais ainda não se adaptaram a essa nova perspectiva por diversas razões. Certamente do ponto de vista econômico é mais viável para os sistemas educacionais ter um único professor na escola dando conta de todas as artes, mas a história tem mostrado a insuficiência desse modelo da polivalência (Figueiredo, 2003; Hentschke e Oliveira, 1999; Oliveira, 2000; Tourinho, 1993). Além disso, o problema econômico não pode balizar as ações educacionais de forma tão restritiva. Infelizmente, a elaboração e adoção de políticas pedagógicas que incluam as artes em suas especificidades na escola é ainda muito incipiente no Brasil, e, por esta razão, nossa ação é fundamental e precisa ser persistente.

A Abem tem participado de reuniões das Câmaras Setoriais instaladas pelo Ministério da Cultura. Essas câmaras estão, neste momento, produzindo documentos com resultados dos debates realizados em diversos fóruns que trataram de temas específicos sobre a música. O tema *formação con-*

tou com a participação da Abem como instituição reconhecida pelo MinC como representativa da área de educação musical no Brasil durante o ano de 2005. No ano de 2006, a Abem continua sendo representada nessas discussões da Câmara Setorial. O reconhecimento da Abem como instituição representativa da área de educação musical está, também, na recente inclusão da associação como instituição de referência para o Ministério da Educação, mais especificamente para assuntos de avaliação que são tratados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). A visibilidade da Abem e reconhecimento por esses ministérios é o resultado desses 15 anos de trabalho sério, comprometido com a causa da educação musical brasileira, evidenciando a competência das administrações anteriores da Abem que se preocuparam com a construção de uma associação íntegra, que hoje goza de respeito e é referência, inclusive, para órgãos governamentais.

A participação da Abem em um grande movimento nacional que trabalha pela volta da música na escola tem sido fundamental para o desenvolvimento de estratégias envolvendo diversos segmentos da sociedade, incluindo o Congresso Nacional. Esse tópico será detalhado no terceiro momento desta apresentação.

Segundo momento: olhando para o futuro da Abem

Ao lado de tantas realizações da associação nos seus 15 anos de existência, e a partir da minha experiência como presidente da Abem nesta gestão 2005-2007, tenho analisado aspectos da associação com relação ao seu funcionamento. Nesta etapa da minha fala gostaria de apresentar algumas observações sobre ações que poderiam ser aprimoradas no futuro.

Indiscutivelmente o primeiro grande problema da associação é a limitação de recursos financeiros. A arrecadação, através de anuidades, não tem sido suficiente para que se ampliem as ações da Abem. Essa arrecadação cobre despesas operacionais gerais e parte das publicações. É preciso encontrar alternativas financeiras, parcerias e patrocinadores para que a Abem possa atuar em diferentes frentes, além daquilo que já vem sendo realizado atualmente.

Pensando concretamente sobre essa questão algumas propostas podem ser oferecidas:

1 – elaboração de projetos para serem beneficiados com as leis de incentivo à cultura, nos níveis municipal, estadual e nacional. A partir

da aprovação de projetos desta natureza, a captação de recursos poderia ser efetuada, contribuindo para o desenvolvimento de diversas atividades da Abem.

2 – parceria editorial e/ou patrocínio direto para as publicações da Abem.

3 – parceria com entidades que possam financiar projetos da Abem ou onde a Abem seria co-autora e co-participante.

4 – desenvolver uma estratégia nacional para a ampliação do número de sócios. Essa ação poderia contribuir para minimizar os problemas financeiros, além de trazer mais visibilidade para a Abem.

Quanto a questões administrativas, penso que a Abem deveria caminhar em direção a uma profissionalização de sua atuação em várias frentes. Esse processo já foi iniciado, por exemplo, na contratação de um profissional de contabilidade para o registro financeiro e questões de imposto de renda. Esse profissionalismo garante a manutenção de aspectos legais da associação, indispensáveis para o seu funcionamento, e deve ser mantido. Neste momento temos trabalhado diretamente junto ao cartório de Salvador, onde foi registrada a Abem, para a regularização de todos os documentos referentes às suas diversas gestões.

O trabalho intitulado *Memória da Abem*, realizado na gestão anterior, contém o registro das atividades da associação, e foi feito por profissionais da área de biblioteconomia. Este é também um trabalho que precisa ser continuado, para que se preserve a memória da Abem de maneira sistemática.

Ainda na questão da profissionalização de ações da Abem, a manutenção de cadastro e controle da tesouraria também precisam se expandir para processos mais ágeis de atualização. Há diversos *softwares* no mercado que tratam dessas questões e poderiam ser utilizados, além de ser necessária a orientação profissional sobre os processos mais adequados para a administração de uma entidade como a Abem. Também entendo que a questão do *marketing* da Abem precisa ser tratada por profissionais, assegurando a divulgação da associação através de canais efetivos de comunicação. Todos esses pontos demandam recursos financeiros que não estão disponíveis na Abem e é preciso encontrar soluções para esses pontos para que a associação possa continuar crescendo de maneira contínua. Para encontrar essas soluções também é necessário que se tenha orientação profissional para sabermos o que pode ser feito, o que deve ser tratado em primeiro

lugar ou como prioridade, o que seria mais eficiente em termos imediatos, a médio e longo prazo. Como presidente da Abem, me deparo com todas essas questões profissionais específicas, e não tenho condição de lidar com todas elas de maneira adequada. Tenho dedicado minha vida à atividade musical e não à administração. Creio que essa profissionalização da Abem é fundamental para que os profissionais da educação musical que atuam na diretoria possam se debruçar sobre questões específicas da nossa área, que é onde todos possuem competência inequívoca.

Ao longo desses 15 anos a Abem tem produzido diversos materiais que atendem demandas diversificadas da educação musical no Brasil. A contribuição da Abem para a pós-graduação em música no Brasil é notória, e as publicações da associação refletem o estágio da pesquisa em educação musical em nosso país. Os anais dos encontros da Abem e a *Revista da Abem* apresentam resultados de pesquisas e relatos de experiências, mantendo a área de educação musical informada e atualizada sobre as mais diversas ações em termos educacionais que envolvem música no Brasil.

A partir dessa experiência tão importante das publicações da Abem, penso que devemos ampliar nossa linha editorial, abrangendo outros segmentos da população que lidam com a educação musical. A Abem precisa se aproximar da educação básica, e uma proposta seria a produção de publicações dedicadas a esse universo educacional. Muitos professores nas escolas precisam de apoio pedagógico, de referencial teórico, de atualização bibliográfica, e publicações especificamente voltadas para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio poderiam contribuir para a ampliação da rede de atuações da nossa associação, além do que essa poderia ser uma forma de se atrair mais sócios para a Abem.

Além do professor da educação básica, a Abem poderia ampliar as redes de discussão com profissionais das escolas de música, dos conservatórios, incluindo o segmento dos professores particulares de música. Questões educacionais que envolvem o professor de instrumento também precisam ser aprofundadas. Não basta manter a crítica que se faz regularmente aos músicos que ensinam e que, na visão de muitos, não poderiam ser considerados educadores musicais. A aproximação da Abem com esses profissionais que também ensinam música poderia favorecer e enriquecer o debate sobre o ensino de música de forma ampla, contribuindo para a qualidade da educação musical no Brasil.

A Abem também poderia atuar em projetos de formação continuada. A exemplo dos cursos que são oferecidos durante os eventos da Abem, seria importante que se criassem possibilidades de manter cursos de interesse ao longo do ano, em locais específicos. Ações dessa natureza poderiam ser realizadas por profissionais de diversas regiões do Brasil, seguindo uma orientação dada pela associação para que se mantivesse um padrão de qualidade com a assinatura da Abem.

Resumidamente, a Abem precisa resolver questões de ordem financeira, administrativa e educacional. Profissionalizar a associação significa intensificar a qualidade do trabalho realizado, abrindo espaços para novas ações, como novas linhas editoriais e cursos de formação continuada, por exemplo, que ampliariam as redes de atuação da Abem.

Terceiro momento: a Abem e a Frente Parlamentar Pró-Música

Os últimos informativos da Abem têm trazido diversas notícias sobre um movimento político em favor da volta da música na escola. Esse movimento poderá resultar em mudanças para a área de educação musical no Brasil, e por essa razão decidi destacar esse assunto neste terceiro momento da minha fala. É fundamental que os sócios da Abem estejam informados sobre esse assunto, e seria extremamente importante estabelecermos um posicionamento da associação sobre o tema.

Traçando um rápido histórico, o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música (GAP), com a liderança do músico Felipe Radicetti, do Rio de Janeiro, é o responsável por este movimento e tem articulado diversas aproximações com músicos, associações ligadas à música e parlamentares. Em maio de 2006 foi realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Seminário "Música Brasileira em Debate". Participaram desse evento: Núcleo Independente de Músicos, Sindicato dos Músicos do Rio de Janeiro, Rede Social da Música, Fórum Paulista Permanente de Músicos, Associação Brasileira de Música Independente, deputados e senadores.

A Abem apoiou a realização do evento e esteve representada no referido seminário. Os debates realizados no seminário envolveram diversas questões da música no Brasil, e a formação musical também foi abordada.

Em audiência pública no Congresso Nacional, foi aprovada a inclusão da música na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social do Senado, além da música ser incluída, também, nos debates da Comissão de Educação e Cul-

tura da Câmara e do Senado.

Como conseqüência dessas ações, será marcada para os próximos dias a audiência pública de educação musical no Senado, conforme comprova o requerimento a seguir:

Requerimento nº 024, de 2006-CE

“Requeiro, nos termos dispostos nos incisos II, V, IX e XI do Artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social em conjunto com a Comissão de Educação, para discutir a inclusão da música como disciplina obrigatória no currículo escolar”.

Autoria: Roberto Saturnino

Resultado: Aprovado

Para essa audiência pública foi formado um Grupo de Trabalho (GT) com a “finalidade de preparar a audiência promovida pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação e Cultura do Senado” (Abem, 2006). O GT Educação Musical para a Audiência no Senado realizou reuniões no Rio de Janeiro, além de diversos debates virtuais. Participam desse GT: Cristina Grossi, Cristina Saraiva, Déborah Cheyne, Egeu Laus, Felipe Radicetti, José Nunes Fernandes, Liane Hentschke, Magali Kleber, Marcelo Biar, Maria Isabel Montandon, Maura Pena, Ricardo Breim, Sérgio Figueiredo e Silvia de Lucca.

Para a audiência pública no Congresso foram escolhidos temas e pessoas que farão pronunciamentos, argumentando sobre o ensino de música nas escolas de ensino regular do país. Estão confirmadas as presenças dos seguintes palestrantes: Liane Hentschke (Isme), Sérgio Figueiredo (Abem), Turíbio Santos (Museu Villa-Lobos, Projeto Villa-Lobinhos) e mais um palestrante a ser confirmado.

Além da organização das temáticas para a audiência pública, membros do GT elaboraram um manifesto em prol da Educação Musical no Brasil, para ser amplamente divulgado para os parlamentares e para a sociedade civil. Merece destaque a participação da professora Luciana Del Ben, da UFRGS na elaboração do manifesto. Este é o manifesto:

MANIFESTO PELA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE MÚSICA NAS ESCOLAS

A música é uma prática social, produzida e vivida por pessoas, constituindo instância privilegiada de socialização, onde é possível exercitar as capacidades de ouvir, compreender e respeitar o outro. Estudos e pesquisas mostram que a aprendizagem musical contribui

para o desenvolvimento cognitivo, psicomotor, emocional e afetivo e, principalmente, para a construção de valores pessoais e sociais de crianças e jovens. A educação musical escolar não visa a formação do músico profissional, mas o acesso à compreensão da diversidade de práticas e de manifestações musicais da nossa cultura bem como de culturas mais distantes.

A música constitui-se como campo específico de atuação profissional. Pelo seu potencial para desenvolver diferentes capacidades mentais, motoras, afetivas, sociais e culturais de crianças, jovens e adultos, a música se configura como veículo privilegiado para se alcançar as finalidades almejadas pela LDBEN, conforme artigos transcritos a seguir:

“Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

[...]

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

A atual LDBEN, embora indique a obrigatoriedade do “ensino de arte”, é ambígua em seus termos. A expressão “ensino de arte” permite uma multiplicidade de interpretações, o que tem acarretado na manutenção de práticas polivalentes de educação artística e na ausência do ensino de música nas escolas. Muitos concursos públicos recentes, realizados para o magistério em diversas regiões do país, persistem em buscar professores de “educação artística”, quando a Universidade já possui formação de professores específica em cada uma das artes (Visuais, Música, Teatros e Dança). Há, portanto, uma incoerência entre as demandas docentes por parte das instâncias públicas e privadas e o que está acontecendo na prática de formação de professores. A Resolução CNE/CES 2/2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música, reconhece somente pelo nome Música qualquer graduação nessa área.

Diante desse quadro, solicitamos:

- a garantia de um espaço legal para o ensino da música nas escolas de educação básica;
- a implementação gradativa do ensino de música nas escolas de educação básica;
- a elaboração de concursos públicos com mais vagas específicas na área de música, tendo em vista que resultados de trabalhos realizados em diferentes estados do país sugerem que são escassos os professores de música nas escolas de educação básica, bem como práticas sistematizadas de ensino musical; e
- a construção de projetos de formação musical e pedagógico-musical continuada para os professores em serviço na educação básica.

Por essa razão, estamos convocando educadores musicais e outros profissionais que desejam aderir a essa causa para que divulguem amplamente esse movimento. É muito importante que no dia da audiência tenhamos uma presença maciça de todos aqueles que entendem a importância da música na educação, e desejam que ela seja garantida nos currículos escolares.

A adesão formal de instituições representativas como universidades e escolas é fundamental para que esse movimento ganhe força e possa promover mudanças significativas para a educação musical brasileira. Todos os detalhes desse processo de adesão serão tratados oportunamente na Assembleia Geral dos Sócios da Abem, durante este evento. Todos os sócios estão convidados a participar desse debate, e os que ainda não são sócios poderão fazer suas inscrições antes da assembleia, podendo participar deste assunto tão importante para a educação musical brasileira.

Finalizando

Os 15 anos da Abem merecem ser celebrados por muitas razões, sendo que várias delas foram apontadas durante este fórum, estão documentadas em publicações diversas (Figueiredo, 2006). Certamente o alcance da nossa associação é maior do que aquilo que temos documentado. Em diversas partes do Brasil, educadores musicais se valem das referências da Abem, sejam aquelas escritas, ou sejam referências a partir da participação de eventos da Abem. As idéias discutidas pela associação influenciaram e continuam influenciando muitos profissionais em suas práticas educativas. E assim a

associação cumpre seu papel em favor da educação musical brasileira.

A Abem não é uma entidade abstrata, e sim um grupo de pessoas, profissionais da educação musical, preocupadas e dispostas a melhorar o ensino de música no Brasil através das mais variadas ações. Esse grupo que compõe a Abem tem demonstrado a importância de estarmos unidos por causas comuns, fortalecendo nossa atuação profissional, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, com mais oportunidades para todos.

A credibilidade da Abem como associação representativa da educação musical, reconhecida por organismos oficiais e por diversos segmentos da sociedade, é fruto do envolvimento e do desprendimento dos sócios que acreditam na existência dessa associação. Por isso, precisamos celebrar os 15 anos da Abem reconhecendo a importância de cada associado, e desejando que muitos outros educadores musicais possam se somar a esse grupo.

A divulgação da Abem precisa ser cada vez mais ampliada, e uma forma concreta e imediata de fazer essa divulgação é através dos sócios que podem relatar a importância de estarem participando desta associação. Cada sócio da Abem pode falar sobre a associação em seus locais de trabalho, estimulando pessoas a se associarem e fazerem parte desse processo. Precisamos tornar a Abem cada vez mais representativa para a educação musical brasileira, e isso quer dizer que mais educadores precisam se juntar a essa causa, assumindo tarefas, trazendo proposições para o aprimoramento das ações da associação.

Estamos todos de parabéns pelo trabalho realizado e devemos celebrar com muito orgulho esses 15 anos de existência da Abem.

VAMOS TORNAR A ABEM CADA VEZ MAIS FORTE!

Postludio

Este texto foi apresentado durante o XV Encontro Anual da Abem, em João Pessoa, PB. Após este evento, a Abem esteve representada em audiência pública no Senado Federal no dia 22 de novembro de 2006, onde o senador Cristóvão Buarque assumiu o compromisso da elaboração de projeto de lei que enfatiza a obrigatoriedade da música na educação básica. Neste momento, o projeto tramita pelo Congresso Nacional.

Referências

ABEM. *Informativo Eletrônico Extraordinário da Abem*. out. 2006. Disponível em: <http://br.geocities.com/educacaomusical/Masters/Informativo_extraordinario_out_2006.pdf>. Acesso em: 15 maio 2007.

FIGUEIREDO, Sérgio L. F. *The music preparation of generalist teachers in Brazil*. Tese (Doutorado em Educação Musical)–RMIT University, Melbourne, Australia, 2003.

_____. A Associação Brasileira de Educação Musical – Abem: 15 anos de história. In: ENCONTRO REGIONAL DA ABEM – CENTRO-OESTE, 6.; ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO COLETIVO DE INSTRUMENTO MUSICAL, 2., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2006. No prelo.

HENTSCHKE, L.; OLIVEIRA, A. Music curriculum development and evaluation based on Swanwick's theory. *International Journal of Music Education*, v. 34, p. 14-29, 1999.

OLIVEIRA, A. Street kids in Brazil and the concept of teaching structures. *International Journal of Music Education*, v. 35, p. 29-34, 2000.

TOURINHO, I. Usos e funções da música na escola pública de 1º grau. *Fundamentos da Educação Musical, Abem*, v. 1, p. 91-113, 1993.

Recebido em 15/02/2007

Aprovado em 20/03/2007